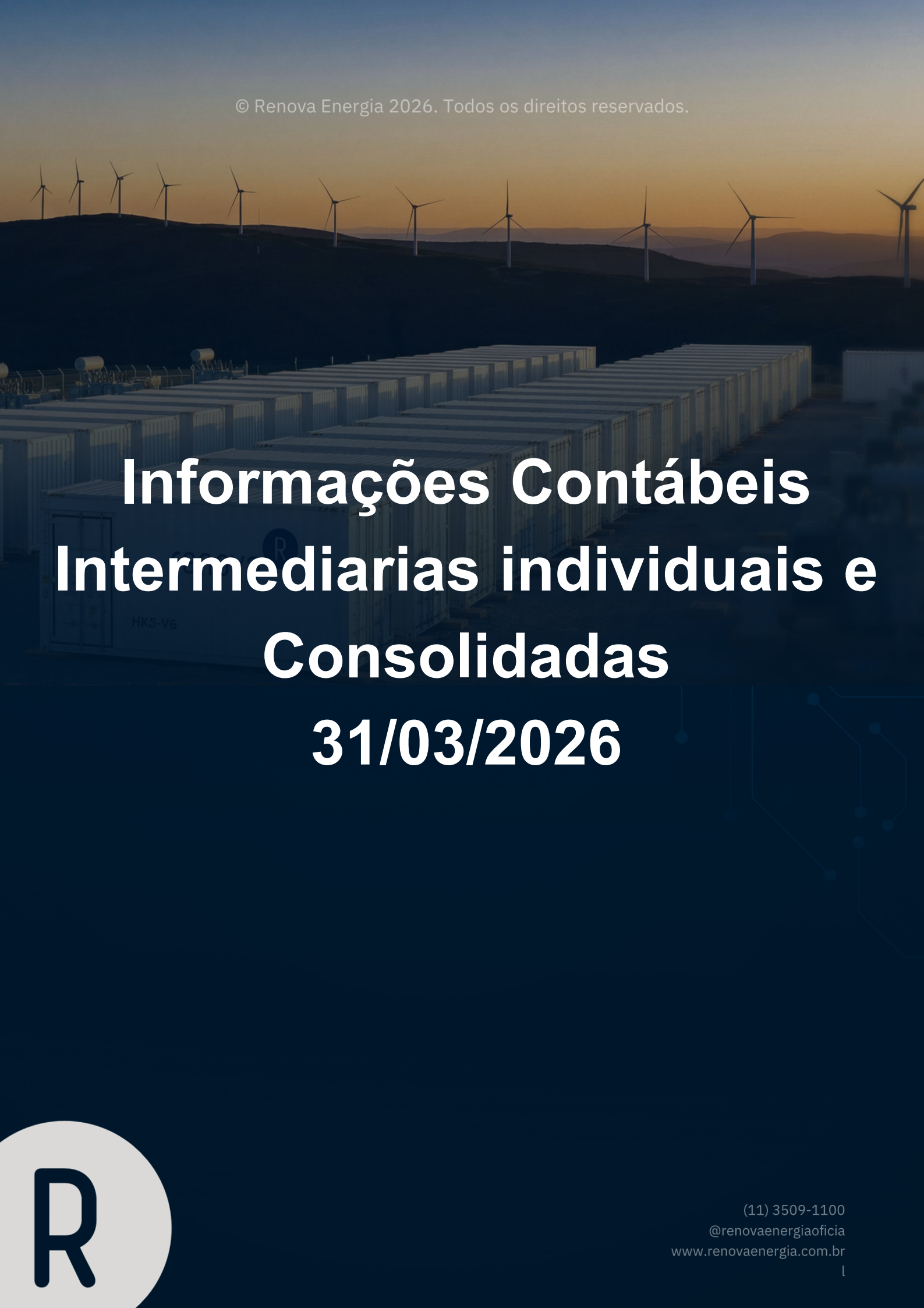


© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.



Informações Contábeis Intermediárias individuais e Consolidadas 31/03/2026



R

(11) 3509-1100
@renovaenergiaoficia
www.renovaenergia.com.br

|

Renova Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Em 31 de março de 2026

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	4
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	12

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1)- Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34-*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento da Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, restando pendente o arquivamento dos autos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2026.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM (RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.) features three horizontal bars in grey, green, and blue above the letters "RSM" in a bold, black, sans-serif font.

Informações Financeiras Trimestrais

Sumário

Balancos Patrimoniais.....	4
Demonstrações do Resultado	6
Demonstrações do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	9
Demonstrações do Valor Adicionado	11
Nota Explicativas	12

Informações Financeiras Trimestrais

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	81	141	42.540	35.730
Aplicações financeiras (restrito)	6	11.810	11.352	38.869	36.644
Contas a receber de clientes	7	-	-	58.819	68.488
Tributos a recuperar	8	746	712	37.780	17.115
Partes relacionadas	23	10.320	8.905	-	-
Adiantamentos a fornecedores		459	570	162	337
Despesas antecipadas		314	203	11.772	5.938
Compromissos futuros	24	-	-	51.875	89.629
Outros créditos		666	1.027	5.369	21.326
Total dos ativos circulantes		24.396	22.910	247.186	275.207
Ativos classificados como mantidos para venda	1.1.2	-	-	16.000	16.000
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		1.345	854	3.406	2.898
Tributos diferidos		-	-	19.950	18.487
Partes relacionadas	23	54.709	68.248	-	-
Compromissos futuros	24	-	-	183.728	169.991
Investimentos	9	1.192.653	1.219.703	-	-
Imobilizado	10	193.968	193.718	2.576.576	2.542.000
Total dos ativos não circulantes		1.442.675	1.482.523	2.783.660	2.733.376
TOTAL DOS ATIVOS		1.467.071	1.505.433	3.046.846	3.024.583

As "notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	13.758	16.472	85.037	107.733
Empréstimos e financiamentos	13	2.328	2.055	50.400	44.249
Tributos a recolher	14	1.628	1.904	24.704	6.713
Salários, encargos e férias a pagar		9.849	8.921	11.865	10.661
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	69.122	71.913
Arrendamentos a pagar	11	1.419	872	18.616	10.177
Compromissos futuros	24	-	-	38.296	53.205
Adiantamentos de clientes		100	98	53.665	15.683
Outras contas a pagar	16	4.145	4.145	7.819	8.227
Total dos passivos circulantes		33.227	34.467	359.524	328.561
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	54.918	56.700	111.061	114.774
Empréstimos e financiamentos	13	31.620	31.935	686.544	693.193
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	24	-	-	42.652	39.883
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	263.899	239.699
Arrendamentos a pagar	11	10.381	10.611	83.524	57.698
Partes relacionadas	23	38.398	39.859	-	-
Provisão para processos judiciais	17	41.214	41.209	87.857	87.042
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	28.328	27.932
Compromissos futuros	24	-	-	71.859	89.113
Outras contas a pagar	16	104.019	100.445	158.304	156.481
Total dos passivos não circulantes		280.550	280.759	1.534.028	1.505.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	4.706.879	4.706.879	4.706.879	4.706.879
Recursos para futuro aumento de capital		2	2	2	2
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.511.831)	(3.474.918)	(3.511.831)	(3.474.918)
Total do patrimônio líquido		1.153.294	1.190.207	1.153.294	1.190.207
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.467.071	1.505.433	3.046.846	3.024.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações dos Resultados para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	113.792	84.088
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo com compra de energia		-	-	(66.777)	(50.094)
Custo de operação		(18)	-	(17.556)	(14.334)
Depreciações e amortizações	10	(8)	-	(28.132)	(25.751)
Encargos setoriais		(8)	-	(7.326)	(5.966)
Total	20	(34)	-	(119.791)	(96.145)
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	8.146	19.594
RESULTADO BRUTO		(34)	-	2.147	7.537
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(2.398)	1.517	(15.197)	(15.214)
Depreciações e amortizações	10	(815)	(884)	(904)	(988)
Outras receitas (despesas) líquidas		(21)	(247)	14.445	334
Total	20	(3.234)	386	(1.656)	(15.868)
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	(27.855)	(35.178)	-	-
Ganho na alienação de ativos		-	658	-	658
Total		(27.855)	(34.520)	-	658
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(31.123)	(34.134)	491	(7.673)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		311	148	4.101	3.716
Despesas financeiras		(6.101)	(23.552)	(37.471)	(44.476)
Total	21	(5.790)	(23.404)	(33.370)	(40.760)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(36.913)	(57.538)	(32.879)	(48.433)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(1.934)	(3.064)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	(2.100)	(6.041)
Total	22	-	-	(4.034)	(9.105)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(36.913)	(57.538)	(36.913)	(57.538)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	25	(0,10)	(0,15)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstração do Resultado Abrangente para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo líquido do período	(36.913)	(57.538)	(36.913)	(57.538)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(36.913)	(57.538)	(36.913)	(57.538)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações Financeiras Trimestrais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social			Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Recursos para futuro aumento de capital			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.312.687)	815.951
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(57.538)	(57.538)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		<u>4.170.394</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(3.370.225)</u>	<u>758.413</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>4.706.879</u>	<u>(41.757)</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>(3.474.918)</u>	<u>1.190.207</u>
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(36.913)	(36.913)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	18	<u>4.706.879</u>	<u>(41.757)</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>(3.511.831)</u>	<u>1.153.294</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(36.913)	(57.538)	(36.913)	(57.538)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	823	884	30.244	27.280
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	(8.146)	(19.594)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	3.242	4.264	9.595	6.584
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.122	1.233	24.907	34.070
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	19	17	614	612
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	21.722	19.863
Atualização para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	5	2.351	815	2.350
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	-	(328)	(2.634)	(3.843)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23	42	(3)	-	-
Juros sobre contas a pagar	21	(45)	16.365	939	1.847
Juros sobre passivo de arrendamento	11	638	543	3.016	945
Atualização da provisão para desmantelamento	21	-	-	396	396
Atualização de depósitos judiciais		-	-	-	1.998
Tributos diferidos ativos		-	-	(1.463)	(1.358)
Tributos diferidos passivos	24	-	-	2.769	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	27.855	35.178	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	9.669	(5.266)
Depósitos judiciais		(491)	149	(508)	(1.919)
Tributos a recuperar		(34)	(71)	(20.665)	(1.675)
Despesas antecipadas		(111)	(97)	(5.834)	2.181
Adiantamentos a fornecedores		111	(277)	175	1.316
Outros créditos	1.1.6	354	150	15.958	(303)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(4.451)	(9.826)	(18.689)	(10.797)
Adiantamento de clientes		2	13	37.982	(253)
Tributos a recolher		(276)	3	25.202	8.727
Salários e férias a pagar		(515)	(4.795)	(239)	(5.228)
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(1.204)	(519)
Outras contas a pagar		3.574	1.789	1.415	1.965
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.211)	(3.109)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.183)	(1.409)	(26.019)	(33.004)
Pagamentos de juros quirografários	1.2	-	-	(7.763)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(6.232)	(11.405)	48.130	(34.272)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	9	(805)	(2.465)	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1.3	-	658	-	658
Aplicações financeiras		(458)	329	409	4.966
Aquisição de imobilizado	10	(2.457)	(6.988)	(35.528)	(12.530)
Dividendos recebidos	9	-	9.667	-	-
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		-	4.597	-	-
Partes relacionadas	23	7.124	2.824	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		3.404	8.622	(35.119)	(6.906)

Informações Financeiras Trimestrais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	5.000	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13.b)	-	(1.043)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(729)	(1.117)	(6.201)	(1.895)
Partes relacionadas	23	(1.503)	(104)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		2.768	(2.264)	(6.201)	(1.895)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(60)	(5.047)	6.810	(43.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	141	16.211	35.730	144.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	81	11.164	42.540	101.143
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(60)	(5.047)	6.810	(43.073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Demonstração do valor adicionado para o período findo em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
RECEITAS					
Vendas de energia	20	-	-	113.339	96.463
Compromissos futuros marcação a mercado		-	-	8.146	19.594
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	-	658	-	658
Outras receitas		1.443	1.868	36.426	3.036
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		(26)	-	(104.642)	(70.655)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(334)	2.828	(5.440)	(8.019)
Valor adicionado bruto		1.083	5.354	47.829	41.077
Depreciação	10	(823)	(884)	(29.036)	(26.739)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		260	4.470	18.793	14.338
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(27.855)	(35.178)	-	-
Receitas financeiras		332	173	2.585	3.762
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(27.263)	(30.535)	21.378	18.100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		1.647	1.429	4.692	4.114
Honorários da administração		933	1.145	2.660	3.297
Benefícios		270	249	1.747	1.517
FGTS		104	121	404	373
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		603	551	8.773	23.066
Estaduais		-	-	1.066	571
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		6.063	20.758	34.816	39.566
Aluguéis		30	(204)	121	54
Outros		-	2.954	4.012	3.080
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(36.913)	(57.538)	(36.913)	(57.538)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(27.263)	(30.535)	21.378	18.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Informações Financeiras Trimestrais

Notas Explicativas às Informações Trimestrais

Base de Preparação

1. Contexto Operacional

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 2.1.4.

Informações Financeiras Trimestrais

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	99,99	99,99		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ⁽¹⁾	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	-	-	Controlada indireta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”).
Centrais Eólicas Abil S.A. ⁽¹⁾	-	-	Controlada indireta	
Centrais Eólicas Acácia S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angíco S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Tabua S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Cedro S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Vellozia S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Angelim S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Facheiro S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Sabiu S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Jataí S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Amescla S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Manineiro S.A. ⁽¹⁾	-	-		
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽¹⁾	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. ⁽¹⁾	-	-	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”).

Informações Financeiras Trimestrais

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
SF 120 Participações Societárias S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renovapar S.A.	100	100		
Solar Caetite Energia Renovável LTDA. ⁽ⁱ⁾	99,00	-	Controlada indireta	O objeto social da Sociedade é desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos, imóveis, comercializar a energia elétrica e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	99,99	99,99		
UFV Maracujá Ltda.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Gregal Ltda.	99,99	99,99		
UFV Lagoa Ltda.	99,99	99,99		
UFV Tambora Ltda.	99,99	99,99		
UFV Vatra Ltda.	99,99	99,99		
UFV Cachoeira Ltda.	99,99	99,99		
UFV Fotiá Ltda.	99,99	99,99		
UFV Morrinhos Ltda.	99,99	99,99		
UFV Iracema Ltda.	99,99	99,99		
UFV Azufre Ltda.	99,99	99,99		
UFV Junco Ltda.	99,99	99,99		
UFV Caraubas Ltda.	99,99	99,99		
UFV Quixabas Ltda.	99,99	99,99		

(i) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

(ii) Nota 1.1.2

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.03.2026

1.1.1. Pagamento de credores

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Informações Financeiras Trimestrais

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 16 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 26 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

1.1.2. Ativos mantidos para venda

Em 05 de novembro de 2025, a administração aprovou Termo de Compromisso para a venda do ativo Projeto UFV – GD Caetité Va, anteriormente classificado no imobilizado da Companhia. A medida está alinhada à estratégia da Companhia de continuidade operacional.

O ativo foi disponibilizado para venda em suas condições atuais e está sendo conduzido processo ativo para localização de comprador. A Administração espera concluir a venda no prazo máximo de 12 meses, conforme exigido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Na data da classificação, o ativo possuía valor contábil líquido de R\$ 28.567 e, com base em avaliação de mercado, seu valor de venda estimado foi determinado em R\$ 16.000. Em conformidade com o item 15 do CPC 31 / IFRS 5, o ativo foi mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e, como esse valor estimado é inferior ao valor contábil, foi reconhecida perda de R\$ 12.567, registrada em “Ganho (perda) na alienação de ativos” no resultado do exercício de 2025.

1.2. Encerramento da Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em Recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Informações Financeiras Trimestrais

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de março de 2026:

Classes	Saldo em 31/12/2025	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/03/2026
Classe II - credores com garantia real	723.371	(24.836)	23.924	722.459
Classe III - credores quirografários	218.072	(8.967)	540	209.645
Extraconcursal	34.691	(1.182)	1.124	34.633
Total	976.134	(34.986)	25.588	966.736

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(79.104)	(438.953)	111.941	723.371
Classe III - credores quirografários	324.890	(17.139)	(97.563)	7.884	218.072
Extraconcursal	33.342	(3.169)	-	4.518	34.691
Total	1.487.719	(99.412)	(536.516)	124.343	976.134

Em 31 de março de 2026 as classes estão apresentadas nas notas explicativas conforme quadro abaixo:

	Notas	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/12/2025
Fornecedores	12	119.609	124.692
Empréstimos e financiamentos	13	760.840	761.950
Contas a pagar - CCEE	15	28.024	29.068
Outras contas a pagar	16	58.263	60.424
Total		966.736	976.134

Classe I – credores trabalhistas:

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Informações Financeiras Trimestrais

Classe II – credores com garantia real:

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real (vide nota 10.10). Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (*pro rata temporis*);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano;
 - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano;
 - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,00%	1,50%
2028	1,50%	2,00%
2029	2,50%	2,50%
2030	2,50%	2,50%
2031	2,50%	2,50%
2032	2,50%	4,00%
2033	4,00%	4,00%
2034	4,00%	4,00%
2035	4,00%	51,50%

Classe III – credores quirografários:

- a) Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

Informações Financeiras Trimestrais

- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

Classe IV – credores microempresas e empresas de pequeno porte:

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Informações Financeiras Trimestrais

Principais fatos da recuperação judicial:

Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R\$1,08 (um real e oito centavos), mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R\$524 milhões (“Compromisso de Assinatura”).

A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II).

O aumento de capital com base nos créditos ocorreu por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduziu o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia comunicou seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão, para subscrição privada, de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia. O preço de emissão foi fixado em R\$1,08 (um real e oito centavos) por Ação Ordinária (“Preço de Emissão”), totalizando, no mínimo, R\$523.999.999,80 (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, R\$540.000.000,00 (“Subscrição Máxima” e “Aumento de Capital”, respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Preço de Emissão foi fixado com base na proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões entre 12 de setembro e 23 de outubro de 2024, com deságio de 0,9%. Assim, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units).

O Aumento de Capital tem como finalidade viabilizar a capitalização dos Créditos, com consequente redução do endividamento e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, visando à superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders.

Informações Financeiras Trimestrais

Foi assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital aos acionistas da Companhia (inclusive titulares de Units), nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações (“Direito de Preferência”). Como o Aumento de Capital está condicionado à confirmação da titularidade dos Créditos pelo Credor, o prazo para exercício do Direito de Preferência foi divulgado oportunamente por meio de novo aviso aos acionistas.

O Conselho de Administração aprovou que o Aumento de Capital poderia ser parcialmente homologado, desde que respeitada a Subscrição Mínima, inclusive por meio da capitalização dos Créditos.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, restando pendente o arquivamento dos autos.

Em 5 de março de 2025, a Companhia recebeu a confirmação do VC Energia II Fundo de Investimento em Participações quanto à titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados no âmbito do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado.

Em 6 de março de 2025, foram celebrados o “Termo de Compromisso de *Lock-Up*” e o “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” entre a Companhia e o Credor, formalizando as obrigações assumidas pelo Credor.

Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos, correspondente a R\$ 534 milhões, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,08 (um real e oito centavos).

Do total homologado, R\$ 226 mil foram subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, em razão do exercício do Direito de Preferência, correspondendo a 209.206 ações ordinárias. As demais 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor.

O Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025, com efeitos a partir da homologação do Aumento de Capital.

As subscrições condicionadas, total ou proporcionalmente, à homologação total do Aumento de Capital seriam canceladas e os valores pagos pelos subscritores seriam devolvidos aos subscritores em 30 de abril de 2025, conforme os procedimentos estabelecidos pela instituição escrituradora e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, em sede de embargos de declaração, que reconheceu a nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos homologada em 28 de abril de 2025.

Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação.

Informações Financeiras Trimestrais

Nos termos da nova decisão judicial, a Companhia deveria estender aos demais credores a possibilidade de capitalizar seus créditos, em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado em 28 de abril de 2025. Os credores tiveram o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da divulgação de novo fato relevante, para manifestar interesse. Os credores interessados deveriam contatar a Companhia até 19 de junho de 2025 (“Período de Manifestação”).

Durante esse período, o credor poderia celebrar compromisso irrevogável e irretratável de subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) (após grupamento de ações, conforme nota 18(d)), a serem integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos, conforme atualizados na data de homologação do novo aumento de capital (“Compromisso de Subscrição”), assumindo ainda:

- obrigação de não alienar, emprestar, negociar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, das ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao credor em decorrência da capitalização de seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, contados do efetivo recebimento de tais ações ordinárias pelo credor (“Compromisso de *Lock-up*”); e
- obrigação de investir na Companhia, por meio da realização de adiantamento para futuro aumento de capital em favor da Companhia, eventual parcela em dinheiro a que o credor faça jus em decorrência de eventual exercício do direito de preferência na subscrição das ações ordinárias objeto do Novo Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (ou seus respectivos cessionários) (“Compromisso de Investimento”).

A Companhia informa que os termos e condições do Compromisso de Subscrição, do Compromisso de *Lock-up* e do Compromisso de Investimento são estabelecidos conforme as disposições dos instrumentos celebrados pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, no contexto do Aumento de Capital de 28 de abril de 2024.

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$966.736.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de Recuperação Judicial propriamente dito.

Informações Financeiras Trimestrais

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$ 36.916 (R\$ 57.538 em 31 de março de 2025) e prejuízos acumulados de R\$ 3.511.831 (R\$ 3.474.918 em 31 de dezembro de 2025). Nessa data, os passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R\$ 8.831 na controladora (em 31 de dezembro de 2025 os ativos circulantes excediam aos passivos circulantes em R\$ 11.557) e em R\$ 112.338 (R\$ 74.373 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado. O resultado do exercício decorreu, principalmente, do resultado financeiro líquido negativo consolidado de R\$ 33.720 (R\$ 40.760 em 31 de março de 2025), substancialmente relacionado ao reconhecimento de juros incidentes sobre empréstimos e fornecedores.

Em 31 de março de 2026, a posição de capital circulante líquido negativo decorre, em grande parte, do registro temporário de R\$ 69.122 no passivo circulante, relativos a ajustes regulatórios junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais valores não representam desembolso imediato, uma vez que sua exigibilidade se encontra suspensa nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303, de 08 de agosto de 2024, até a conclusão da apuração definitiva. Adicionalmente, parcela desses montantes poderá ser revista ou compensada, considerando mecanismos regulatórios de compensação por cortes de geração (*curtailment*), que asseguram à Companhia direito a reembolso parcial.

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que introduziu alterações relevantes no marco regulatório do setor elétrico, estabelecendo mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares. A elegibilidade a tais compensações está condicionada à adesão a termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, cuja minuta foi submetida à Consulta Pública nº 210/2025 pelo Ministério de Minas e Energia. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação.

No âmbito operacional, a Companhia concluiu, no terceiro trimestre de 2025, a energização do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8 MWp, cuja energia será comercializada na modalidade de geração distribuída. A Companhia segue monitorando e desenvolvendo seu portfólio de projetos, que totaliza aproximadamente 7 GW eólicos e 2 GW solares, além de 11 projetos de geração distribuída (33 MW) em fase de solicitação de parecer de acesso.

Diante desse contexto, a Administração entende que a posição contábil apresentada não indica risco à continuidade operacional, tendo as informações trimestrais individuais e consolidadas sido preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Informações Financeiras Trimestrais

2. Políticas Contábeis

2.1. Políticas contábeis materiais

2.1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

2.1.2 Aprovação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.1.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.1.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.5 Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Informações Financeiras Trimestrais

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.1.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.1.7 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.1.8 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Informações Financeiras Trimestrais

A Companhia possui controladas enquadradas em dois regimes distintos de tributação. As controladas diretas Itaparica e Taperoá, bem como as controladas indiretas Ventos de São Cristóvão, LER 13 e LER 14 adotam o regime de tributação com base no lucro presumido. As demais empresas do grupo são optantes pelo regime de lucro real, listadas na nota 1.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.1.9 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Informações Financeiras Trimestrais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.1.10 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra e equipamentos, referente aos parques eólicos, usina fotovoltaica e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Informações Financeiras Trimestrais

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de baixo valor

A Companhia pode contratar arrendamentos cujo valor individual do ativo subjacente seja considerado baixo, para esses arrendamentos, a Companhia adota a isenção de reconhecimento permitida pela norma, optando por não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa na demonstração do resultado, ao longo do período em que o ativo é utilizado.

2.1.11 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Informações Financeiras Trimestrais

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.1.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.1.13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

Informações Financeiras Trimestrais

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); e
- Aplicações financeiras (nota 6).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é as contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes (10.12.1);
- Transações com partes relacionadas (nota 23); e
- Outras contas a pagar (nota 16).

2.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Informações Financeiras Trimestrais

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O CPC51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após 2026.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Informações Financeiras Trimestrais

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão Internacional ISSB - IFRS S1 e S2.

Pronunciamentos

IFRS S1

Principais aspectos

Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos

IFRS S2

Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores
i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Informações Financeiras Trimestrais

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema iniciou-se em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽ⁱ⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

Informações Financeiras Trimestrais

3.2 Mercado Livre (ACL)

EÓLICO	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	206,79	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	223,49	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	218,78	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	203,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	205,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	204,41	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	208,34	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	206,00	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	207,47	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

Informações Financeiras Trimestrais

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de março de 2026 e 2025 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

31/03/2026						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	87.505	-	112.509	-	(86.222)	113.792
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	8.146	-	-	8.146
Custos não gerenciáveis	(7.263)	-	(63)	-	-	(7.326)
Margem Bruta	80.242	-	120.592	-	(86.222)	114.612
Custos gerenciáveis	(82.628)	(821)	(85.413)	(2.445)	86.222	(85.085)
Depreciações e amortizações	(28.213)	-	-	(823)	-	(29.036)
Receita financeira	1.007	22	2.761	311	-	4.101
Despesa financeira	(28.117)	(1)	(3.252)	(5.955)	(146)	(37.471)
Imposto de renda e contribuição social	(1.265)	-	(2.769)	-	-	(4.034)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(58.974)	(800)	31.919	(8.912)	(146)	(36.913)

31/03/2025						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	61.201	-	89.032	-	(66.145)	84.088
Compromissos futuros marcação a mercado	(1)	-	19.595	-	-	19.594
Custos não gerenciáveis	(5.916)	-	(50)	-	-	(5.966)
Margem Bruta	55.284	-	108.577	-	(66.145)	97.716
Custos gerenciáveis	(48.458)	(92)	(98.173)	1.270	66.145	(79.308)
Depreciação	(25.855)	-	-	(884)	-	(26.739)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	3.345	-	223	148	-	3.716
Despesa financeira	(12.574)	(2.833)	(5.517)	(23.303)	(249)	(44.476)
Imposto de renda e contribuição social	(2.443)	-	(6.662)	-	-	(9.105)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(30.701)	(2.925)	(1.552)	(22.111)	(249)	(57.538)

Informações Financeiras Trimestrais

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	8	60	31	93
Bancos conta movimento	54	58	11.600	11.591
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19	23	30.909	24.046
Aplicações financeiras (restrita)	11.810	11.352	38.869	36.644
Total	11.891	11.493	81.409	72.374
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	81	141	42.540	35.730
Aplicações financeiras	11.810	11.352	38.869	36.644
Total	11.891	11.493	81.409	72.374

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 99,54% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Os principais valores em aplicações financeiras restritas somam R\$ 11.538 na controladora como garantia CUST de São Salvador, e R\$ 25.579 no consolidado para assegurar contratos de aluguel de equipamentos dos projetos em desenvolvimento. Essas garantias reforçam a solidez financeira da Companhia e asseguram a continuidade dos investimentos estratégicos, garantindo condições favoráveis para a execução dos projetos e geração futura de valor.

As aplicações financeiras vinculadas a garantias da Companhia referem-se principalmente a compromissos associados ao projeto São Salvador e aos contratos de aluguel de equipamentos em desenvolvimento. Esses montantes permanecem temporariamente alocados de forma restrita e tendem a ser liberados à medida que as etapas operacionais atualmente em fase de conclusão sejam formalmente encerradas.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Comercialização Mercado livre	28.789	40.221
CCEE	30.030	28.267
Total	58.819	68.488

Os saldos em 31 de março de 2026 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

Informações Financeiras Trimestrais

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRRF a compensar	473	439	1.416	1.229
IRPJ Estimativa a Compensar	3	3	4.906	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	133	737	736
CSLL Estimativa a Compensar	2	2	1.770	27
COFINS a recuperar	-	-	22.111	8.128
PIS a recuperar	-	-	2.287	1.712
ICMS a recuperar	-	-	4.409	5.070
Outros tributos a compensar	135	135	144	144
Total	746	712	37.780	17.115

Em 31 de março de 2026, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPE's, que estão em Lucro Real, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2027, o aumento dos créditos em relação ao exercício anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste exercício.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.010.934	1.071.589
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	18.775	18.853
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	61.614	61.921
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	183	215
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações ⁽ⁱ⁾	2.984	2.979
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	84.230	50.213
Total	1.192.653	1.219.703
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.192.653	1.219.703
Total	1.192.653	1.219.703

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

Demonstrações Financeiras Anuais

9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/03/2026					31/12/2025				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	359.783	99,99	400	-	(4)	39.980	99,99	400	-	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.181.193.789	99,99	897.092	1.010.934	(60.655)	897.092.000	99,99	897.092	1.071.589	(166.485)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	68.402.277	99,99	41.179	18.775	(720)	41.179.368	99,99	41.179	18.853	(20.584)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	7.128.509.207	99,99	60.947	61.614	(307)	7.128.509.207	99,99	60.947	61.921	974
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	13.094	99,99	251.093	183	(125)	251.092.591	99,99	251.093	215	(368)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	236	-	-	235.682	100,00	236	-	(1)
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.429	13.933	-	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(8)
Outras participações ⁽¹⁾	-	99,99	2.844	2.984	(3)	-	-	2.844	2.974	164
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	746.585.448	100,00	746.585	84.230	34.017	746.585.448	100,00	746.585	50.213	(43.644)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	-	(14)	26.375	99,00	26	1	(14)
UFV Gregal Ltda.	38.899	99,00	39	-	(14)	38.899	99,00	39	-	(14)
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Tambora Ltda.	7.801	99,00	8	-	(4)	7.801	99,00	8	-	(4)
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	(15)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Cachoeira Ltda.	449	99,00	-	-	-	449	99,00	-	-	(1)
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	(16)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Morrinhos Ltda.	13.056	99,00	13	-	(4)	13.056	99,00	13	1	(4)
UFV Iracema Ltda.	2.658	99,00	3	-	-	2.658	99,00	3	2	(1)
UFV Azufre Ltda.	1.924	99,00	2	-	-	1.924	99,00	2	1	(1)
UFV Junco Ltda.	360	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Quixaba Ltda.	360	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
				1.192.653	(27.855)				1.219.703	(230.027)

Demonstrações Financeiras Anuais

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2025	AFAC	Equivalência patrimonial	31/03/2026
Eólico				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.071.589	-	(60.655)	1.010.934
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	18.853	642	(720)	18.775
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	61.921	-	(307)	61.614
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	215	92	(124)	183
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	13.933
Renovapar S.A.	-	-	-	-
Outras participações ⁽ⁱ⁾	2.979	71	(66)	2.984
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	50.213	-	34.017	84.230
Total	1.219.703	805	(27.855)	1.192.653

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

Demonstrações Financeiras Anuais

Companhia	31/12/2024	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	31/03/2025
PCH						
Renova PCH LTDA.	(4)	-	4	-	-	-
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	-	(54.172)	(17.535)	-	772.773
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	2.356	-	1.444	-	-	3.800
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	922	-	(2.450)	-	-	(1.528)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.304)	-	6.604	-	-	3.300
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.174)	-	5.467	-	-	2.293
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	7.402	-	(1.048)	-	-	6.354
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	796	-	(2.334)	-	-	(1.538)
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	237	-	3.792	-	-	4.029
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	159	-	(2.409)	-	-	(2.250)
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.701)	-	6.472	-	-	2.771
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.401)	1	5.965	-	-	2.565
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	4.402	-	(1.446)	-	-	2.956
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽ⁱ⁾	(4.384)	-	1.743	-	-	(2.641)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	5.705	-	763	-	-	6.468
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	5.308	-	667	-	-	5.975
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	(2.143)	-	3.667	-	-	1.524
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	596	509	(1.769)	-	-	(664)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	10	-	25	-	-	35
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	(1.164)	863	(444)	-	-	(745)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	128	-	(2.599)	-	-	(2.471)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	644	1	(2.518)	-	-	(1.873)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	950	(2.999)	-	-	29.798
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	4.113	-	(9.667)	88.344
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	77	(105)	-	-	151
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	-	-	13.933
Outras participações	2.757	64	(64)	-	-	2.757
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	14.410	-	(1.547)	-	-	12.863
Total	1.008.894	2.465	(35.178)	(17.535)	(9.667)	948.979

(i) Companhias incorporadas pela controladora no decorrer do exercício de 2025

Informações Financeiras Trimestrais

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.444)	80	2.524	(2.436)	88
		<u>28.956</u>	<u>(28.865)</u>	<u>91</u>	<u>28.956</u>	<u>(28.857)</u>	<u>99</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.350)	6	5.356	(5.356)	-
Benfeitorias	4%	854	(325)	529	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.620)	117	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.523	(4.185)	338	4.465	(4.158)	307
		<u>14.775</u>	<u>(13.779)</u>	<u>996</u>	<u>14.717</u>	<u>(13.733)</u>	<u>984</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.731</u>	<u>(42.644)</u>	<u>1.087</u>	<u>43.673</u>	<u>(42.590)</u>	<u>1.083</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		116.941	-	116.941	113.805	-	113.805
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		1.129	-	1.129	1.128	-	1.128
Aerogeradores		7.584	-	7.584	7.584	-	7.584
Equipamentos de subestação		18.083	-	18.083	18.083	-	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	32.244	-	32.244
Terrenos		63.530	-	63.530	62.826	-	62.826
Adiantamentos a fornecedores		3.944	-	3.944	7.223	-	7.223
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(60.826)	-	(60.826)
Total do imobilizado em curso		<u>183.691</u>	<u>-</u>	<u>183.691</u>	<u>183.129</u>	<u>-</u>	<u>183.129</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		38.755	(29.565)	9.190	38.309	(28.803)	9.506
Transferência para ativos mantidos para venda							
Total do imobilizado em curso		<u>38.755</u>	<u>(29.565)</u>	<u>9.190</u>	<u>38.309</u>	<u>(28.803)</u>	<u>9.506</u>
Total imobilizado		<u>266.177</u>	<u>(72.209)</u>	<u>193.968</u>	<u>265.111</u>	<u>(71.393)</u>	<u>193.718</u>

Informações Financeiras Trimestrais

10.2.Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2025	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	31/03/2026
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	58	-	-	4.523
	<u>14.717</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.775</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.673</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.731</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.693)	-	1	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.753)	-	24	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.461)	(8)	25	-	(2.444)
	<u>(28.857)</u>	<u>(8)</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>(28.865)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.356)	-	6	-	(5.350)
Benfeitorias	(317)	(9)	1	-	(325)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(17)	-	-	(3.620)
Equipamento de informática	(4.133)	(27)	(25)	-	(4.185)
	<u>(13.683)</u>	<u>(53)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(13.779)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.590)</u>	<u>(61)</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>(42.644)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.083</u>	<u>(3)</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>1.087</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	113.805	3.136	-	-	116.941
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.128	1	-	-	1.129
Aerogeradores	7.584	-	-	-	7.584
Equipamentos de subestação	18.083	-	-	-	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.244	-	-	-	32.244
Terrenos	62.826	705	(1)	-	63.530
Adiantamentos a fornecedores	7.223	-	(37)	(3.242)	3.944
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(60.826)	-	-	-	(60.826)
	<u>183.129</u>	<u>3.842</u>	<u>(38)</u>	<u>(3.242)</u>	<u>183.691</u>
Total do custo do imobilizado em curso	<u>183.129</u>	<u>3.842</u>	<u>(38)</u>	<u>(3.242)</u>	<u>183.691</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	38.309	446	-	-	38.755
(-) Amortização contratos de arrendamento	(28.803)	(762)	-	-	(29.565)
	<u>9.506</u>	<u>(316)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.190</u>
Total do imobilizado	<u>193.718</u>	<u>3.523</u>	<u>(6)</u>	<u>(3.242)</u>	<u>193.968</u>

Informações Financeiras Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Baixa	31/03/2025
Imobilizado em serviço				
Geração				
Torres de medição	22.692	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	10	-	4.456
	<u>14.698</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>14.708</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.654</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>43.664</u>
(-) Depreciação				
Geração				
Torres de medição	(22.692)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	(2.436)
	<u>(28.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(24)	-	(5.321)
Benfeitorias	(282)	(9)	-	(291)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(18)	-	(3.549)
Equipamento de informática	(4.033)	(38)	-	(4.071)
	<u>(13.442)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>(13.531)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.299)</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>(42.388)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.355</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>	<u>1.276</u>
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	111.481	3.962	(2.162)	59.483
Estudos e projetos	1.062	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	-	2
Equipamentos de subestação	-	2.206	(1.461)	1.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	28
Terrenos	50	1.805	-	55.653
Adiantamentos a fornecedores	559	396	(474)	481
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>109.663</u>	<u>8.398</u>	<u>(4.097)</u>	<u>113.964</u>
Direito de uso				
Geração				
Contratos de arrendamento	30.751	1.990	(167)	32.574
(-) Amortização contratos de arrendamento	(25.333)	(795)	-	(26.128)
	<u>5.418</u>	<u>1.195</u>	<u>(167)</u>	<u>6.446</u>
Total do imobilizado	<u>116.436</u>	<u>9.514</u>	<u>(4.264)</u>	<u>121.686</u>

Informações Financeiras Trimestrais

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2026			31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(14)	161	175	(13)	162
Máquinas e equipamentos	5%	2.186.703	(305.632)	1.881.071	2.186.684	(284.408)	1.902.276
Móveis e utensílios	10%	908	(87)	821	908	(70)	838
Equipamento de informática	17%	19	(5)	14	19	(4)	15
Torres de medição	20%	25.215	(22.771)	2.444	25.215	(22.770)	2.445
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.444)	80	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(3.345)	18.897	22.242	(3.117)	19.125
		<u>2.241.526</u>	<u>(338.027)</u>	<u>1.903.499</u>	<u>2.241.507</u>	<u>(316.547)</u>	<u>1.924.960</u>
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(13.043)	8.375	21.418	(12.877)	8.541
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(46.786)	504.617	551.403	(42.711)	508.692
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	144	(19)	125
		<u>577.327</u>	<u>(59.848)</u>	<u>517.479</u>	<u>577.327</u>	<u>(55.607)</u>	<u>521.720</u>
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(1.920)	21.648	23.568	(1.799)	21.769
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.617)	-	(297.617)	(297.617)	-	(297.617)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.350)	6	5.356	(5.350)	6
Benfeitorias	4%	854	(325)	529	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	309	(299)	10	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.620)	117	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.523	(4.185)	338	4.465	(4.158)	307
		<u>14.779</u>	<u>(13.779)</u>	<u>1.000</u>	<u>14.717</u>	<u>(13.727)</u>	<u>990</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		30.419	-	30.419	32.703	-	32.703
Total do imobilizado em serviço		<u>2.590.002</u>	<u>(413.530)</u>	<u>2.176.428</u>	<u>2.592.205</u>	<u>(387.680)</u>	<u>2.204.525</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		361.092	-	361.092	342.309	-	342.309
Estudos e projetos		1.110	-	1.110	1.110	-	1.110
Terrenos		67.610	-	67.610	66.842	-	66.842
Edificações, obras civis e benfeitorias		50.851	-	50.851	47.742	-	47.742
Torres de medição		1.302	-	1.302	1.301	-	1.301
Máquinas e equipamentos		2.716	-	2.716	5.866	-	5.866
Equipamentos de subestação		26.336	-	26.336	23.061	-	23.061
Adiantamentos a fornecedores		30.539	-	30.539	23.751	-	23.751
Ativo mantido para venda		-	-	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		<u>301.259</u>	<u>-</u>	<u>301.259</u>	<u>271.685</u>	<u>-</u>	<u>271.685</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		140.230	(41.341)	98.889	102.780	(36.990)	65.790
Total direito de uso		<u>140.230</u>	<u>(41.341)</u>	<u>98.889</u>	<u>102.780</u>	<u>(36.990)</u>	<u>65.790</u>
Total imobilizado		<u>3.031.491</u>	<u>(454.915)</u>	<u>2.576.576</u>	<u>2.966.670</u>	<u>(424.670)</u>	<u>2.542.000</u>

Informações Financeiras Trimestrais

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	31/03/2026
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175
Máquinas e equipamentos	2.186.684	19	-	-	2.186.703
Móveis e utensílios	908	-	-	-	908
Equipamento de informática	19	-	-	-	19
Torres de medição	25.215	-	-	-	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	<u>2.241.507</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.241.526</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	144	-	-	-	144
	<u>577.327</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>577.327</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	23.568	-	-	-	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.617)	-	-	-	(297.617)
	<u>2.544.785</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.544.804</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	4	-	-	309
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	28	-	30	4.523
	<u>14.717</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>30</u>	<u>14.779</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	32.703	919	(3.203)	-	30.419
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.592.205</u>	<u>970</u>	<u>(3.203)</u>	<u>30</u>	<u>2.590.002</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13)	(1)	-	-	(14)
Máquinas e equipamentos	(284.408)	(21.224)	-	-	(305.632)
Móveis e utensílios	(70)	(16)	-	(1)	(87)
Equipamento de informática	(4)	(1)	-	-	(5)
Torres de medição	(22.770)	(1)	-	-	(22.771)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	(8)	-	-	(2.444)
Provisão para Desmantelamento	(3.117)	(228)	-	-	(3.345)
	<u>(316.547)</u>	<u>(21.479)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(338.027)</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.877)	(166)	-	-	(13.043)
Máquinas e equipamentos	(42.711)	(4.075)	-	-	(46.786)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	<u>(55.607)</u>	<u>(4.241)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59.848)</u>

Informações Financeiras Trimestrais

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	31/03/2026
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.799)	(121)	-	-	(1.920)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.350)	-	-	-	(5.350)
Benfeitorias	(317)	(8)	-	-	(325)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(17)	-	-	(3.620)
Equipamento de informática	(4.158)	(27)	-	-	(4.185)
	<u>(13.727)</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.779)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(387.680)</u>	<u>(25.893)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(413.574)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.204.525</u>	<u>(24.923)</u>	<u>(3.203)</u>	<u>29</u>	<u>2.176.428</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	342.309	18.782	-	1	361.092
Estudos e projetos	1.110	-	-	-	1.110
Terrenos	66.842	768	-	-	67.610
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.742	3.109	-	-	50.851
Torres de medição	1.301	1	-	-	1.302
Máquinas e equipamentos	5.866	-	(3.150)	-	2.716
Equipamentos de subestação	23.061	3.274	-	1	26.336
Adiantamentos a fornecedores	23.751	10.067	(3.242)	(37)	30.539
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>271.685</u>	<u>36.001</u>	<u>(6.392)</u>	<u>(35)</u>	<u>301.259</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	102.780	37.450	-	-	140.230
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(2.024)	(152)	-	-	(2.176)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(34.966)	(4.199)	-	-	(39.165)
Total direito de uso	<u>65.790</u>	<u>33.099</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98.889</u>
Total do imobilizado	<u>2.542.000</u>	<u>44.175</u>	<u>(9.595)</u>	<u>(6)</u>	<u>2.576.576</u>

(i) refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Informações Financeiras Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	-	-	2.953	2.176.735
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Aerogeradores	-	-	-	20.947	20.947
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	<u>2.227.425</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.080</u>	<u>2.252.505</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(908)	146
	<u>578.237</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(908)</u>	<u>577.329</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.328	23.651
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	<u>2528295</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.500</u>	<u>2.555.795</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	10	-	(19)	4.456
	<u>14.717</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>14.708</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	3.179	-	-	31.755
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.571.588</u>	<u>3.189</u>	<u>-</u>	<u>27.481</u>	<u>2.602.258</u>
(-) Depreciação					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(2)	-	-	(9)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(21.261)	-	-	(219.216)
Móveis e utensílios	(5)	(16)	-	-	(21)
Equipamento de informática	(1)	(1)	-	-	(2)
Torres de medição	(24.138)	(1)	-	1.372	(22.767)
Aerogeradores	-	(233)	-	(1.372)	(1.605)
Equipamentos de medição	(3.729)	(8)	-	-	(3.737)
Equipamentos de torres	(2.436)	(8)	-	-	(2.444)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(229)	-	-	(2.432)
	<u>(230.474)</u>	<u>(21.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(252.233)</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(167)	-	-	(12.378)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(4.111)	-	-	(30.377)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	<u>(38.496)</u>	<u>(4.278)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.774)</u>

Informações Financeiras Trimestrais

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2025
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(105)	-	-	(1.416)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(25)	-	1	(5.319)
Benfeitorias	(282)	(9)	-	-	(291)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(18)	-	-	(3.549)
Equipamento de informática	(4.033)	(38)	-	-	(4.071)
	(13.440)	(90)	-	1	(13.529)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(283.721)	(26.232)	-	1	(309.952)
Total do imobilizado em serviço	2.287.867	(23.043)	-	27.482	2.292.306
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	361.037	3.447	(2.224)	(57.160)	305.100
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	1.868	-	56.935	62.011
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	506	(58)	(176)	32.707
Aerogeradores	44.861	1.961	(1.655)	(20.946)	24.221
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	2.555	(1.641)	(3.991)	22.762
Adiantamentos a fornecedores	1.024	422	(736)	(710)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	233.365	10.761	(6.314)	(27.486)	210.326
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	2.679	(270)	10	54.542
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(150)	-	-	(1.439)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(898)	-	2	(29.389)
Total direito de uso	22.341	1.631	(270)	12	23.714
Total do imobilizado	2.543.573	(10.651)	(6.584)	8	2.526.346

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade com o marco regulatório brasileiro, é responsável por definir a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, realizando revisões periódicas dessas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma referência razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, tais taxas foram utilizadas como base para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

Informações Financeiras Trimestrais

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de março de 2026 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	31/03/2026		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	1.891	-	1.891
LER 2013	143	-	143
	<u>2.034</u>	<u>-</u>	<u>2.034</u>
Outros			
Solar	8	-	8
Outras imobilizações em curso ^(i e ii)	360.043	(60.825)	299.218
Total do imobilizado em curso	<u>362.084</u>	<u>(60.825)</u>	<u>301.259</u>

Projetos	31/12/2025		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	13.665	-	13.665
LER 2013	5.558	-	5.558
LER 2013	1.145	-	1.145
	<u>20.369</u>	<u>-</u>	<u>20.369</u>
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso ^c	284.263	(60.825)	223.438
Total do imobilizado em curso	<u>332.509</u>	<u>(60.825)</u>	<u>271.685</u>

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de impairment para esses ativos.

(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa periodicamente seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos. Nesse processo de reavaliação, foram identificados valores anteriormente baixados que, após nova análise técnica e econômica, deixaram de representar perdas esperadas. Assim, em 31 de março de 2026, a Companhia efetuou o estorno dos montantes cuja baixa deixou de ser aplicável, refletindo a atualização das premissas utilizadas em seu portfólio de projetos. Após essa reavaliação, a Companhia concluiu que não havia outros projetos a serem baixados além dos ajustes já revertidos no exercício.

Informações Financeiras Trimestrais

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

10.10. Bens dados como garantia

- a) A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.683.756, que foram incorporados na recuperação judicial conforme Nota 1.2.
- b) Às garantias já constituídas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, foram cedidos fiduciariamente aos Credores com Garantia Real os direitos sobre os recebíveis oriundos do Projeto Data Center, líquidos dos custos e despesas sobre aluguel de equipamentos. Os valores recebidos em decorrência do referido projeto serão depositados em conta vinculada, a qual será utilizada exclusivamente para essa finalidade, assegurando a segregação e a destinação adequada dos recursos em favor dos credores beneficiários da garantia.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

10.12. Bens em contratos de comodato

A companhia utiliza equipamentos de data center recebidos em comodato sob regime de admissão temporária, com pagamento proporcional de tributos. Embora não haja custo de aquisição, os equipamentos são utilizados exclusivamente pela companhia, que detém controle sobre sua operação e obtém benefícios econômicos futuros. Durante a vigência do contrato, os bens são registrados em contas de compensação no ativo e no passivo, refletindo a responsabilidade assumida pela empresa quanto à guarda e utilização.

Os custos diretamente atribuíveis à importação, instalação e transporte no período findo em 31 de março de 2026, no valor de R\$ 17.909, foram capitalizados. Os tributos federais pagos proporcionalmente ao longo do contrato, por serem não recuperáveis e diretamente relacionados ao uso do ativo, também foram incorporados ao valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do contrato de comodato.

Informações Financeiras Trimestrais

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas identificaram 1.356 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2), sendo 143 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 1.208 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/03/2026			31/03/2026	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	2.743	5.578
Direito de uso do ativo arrendado	38.755	61.694	(-) Ajuste a valor presente	(1.324)	(3.446)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(29.565)	(35.395)	Total circulantes de Imóveis	1.419	2.132
Total de Imóveis	9.190	26.299	Arrendamentos a pagar	-	25.199
			(-) Ajuste a valor presente	-	(8.715)
Não circulante			Total circulantes de Equipamentos	-	16.484
Imobilizado			Não circulante		
Direito de uso do ativo arrendado	-	78.536	Arrendamentos a pagar	19.047	65.859
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	-	(5.946)	(-) Ajuste a valor presente	(8.666)	(39.223)
Total de Imóveis	-	72.590	Total do passivo não circulante de Imóveis	10.381	26.636
			Arrendamentos a pagar	-	67.975
			(-) Ajuste a valor presente	-	(11.087)
			Total do passivo não circulante de Equipamentos	-	56.888
Ativo total	9.190	98.889	Passivo total	11.800	102.140
Circulante	-	-	Circulante	1.419	18.616
Não circulante	9.190	98.889	Não circulante	10.381	83.524
Ativo total	-	78.536	Passivo total	11.800	118.624

	31/03/2025			31/03/2025	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	1.143	3.891
Direito de uso do ativo arrendado	30.751	52.123	(-) Ajuste a valor presente	(948)	(3.196)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(25.333)	(29.782)	Total do passivo circulante	195	695
	5.418	22.341	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	15.590	64.516
			(-) Ajuste a valor presente	(7.266)	(40.239)
			Total do passivo não circulante	8.324	24.277
Ativo total	5.418	22.341	Passivo total	8.519	24.972
Circulante	-	-	Circulante	872	10.177
Não circulante	5.418	22.341	Não circulante	57.698	57.698
Ativo total	5.418	22.341	Passivo total	9.196	34.454

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Informações Financeiras Trimestrais

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo		
Amortização direito de uso	-	3.500
Despesa		
Amortização direito de uso	762	851
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	638	3.016
Total	<u>1.400</u>	<u>7.367</u>

Em 31 de março de 2026, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
Circulante		
abr/2026 a mar/2027	12.161	30.779
Não circulante		
abr/2027 a mar/2028	13.133	35.176
abr/2028 a mar/2029	10.180	35.076
abr/2029 a mar/2034	6.982	25.736
abr/2034 a mar/2039	5.709	8.308
abr/2039 a mar/2044	5.405	7.808
abr/2044 a mar/2049	4.308	7.607
abr/2049 a mar/2054	2.403	6.701
abr/2054 a mar/2062	1.504	5.508
abr/2062 a mar/2063	686	1.912
Total	<u>62.471</u>	<u>164.611</u>

Informações Financeiras Trimestrais

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores	9.370	11.111	76.489	97.815
Fornecedores recuperação judicial	59.306	62.061	119.609	124.692
	<u>68.676</u>	<u>73.172</u>	<u>196.098</u>	<u>222.507</u>
Apresentados como:				
Circulante	13.758	16.472	85.037	107.733
Não circulante	54.918	56.700	111.061	114.774
Total	<u>68.676</u>	<u>73.172</u>	<u>196.098</u>	<u>222.507</u>

Em 31 de março de 2026 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$59.305 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$119.609, sendo Classe III.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos

	Custo da Dívida	31/03/2026						
		Circulante			Não circulante			Total geral
		Encargos	Principal	Total	Principal	Total		
Citibank	100% CDI ^a	1.729	664	2.392	32.241	32.241	34.633	
Custo da Dívida		-	(64)	(64)	(621)	(621)	(685)	
Total de empréstimos		<u>1.729</u>	<u>600</u>	<u>2.328</u>	<u>31.620</u>	<u>31.620</u>	<u>33.948</u>	

	Custo da Dívida	31/12/2025						
		Circulante			Não circulante			Total geral
		Encargos	Principal	Total	Principal	Total		
Citibank	100% CDI ^a	1.787	-	2.119	32.572	32.572	34.691	
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(637)	(637)	(701)	
Total de empréstimos		<u>1.787</u>	<u>(64)</u>	<u>2.055</u>	<u>31.935</u>	<u>31.935</u>	<u>33.990</u>	

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Informações Financeiras Trimestrais

13.2. Consolidado

Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme nota 1.2.

		Consolidado													
		31/03/2026						31/12/2025							
		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante			Total geral
Classe PRJ		Custo da Dívida		Encargos	Principal	Total	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Classe II	BNDES	100% CDI ^a	19.408	8.770	28.178	351.880	351.880	380.058	23.076	-	23.076	357.311	357.311	380.387	
Classe II	Banco Itaú	100% CDI ^a	5.638	3.760	9.397	155.719	155.719	165.117	10.092	-	10.092	155.306	155.306	165.398	
Classe II	Citibank	100% CDI ^a	3.798	2.533	6.331	104.906	104.906	111.237	6.799	-	6.799	104.627	104.627	111.426	
Classe II	Banco ABC	100% CDI ^a	4.558	1.504	6.062	59.985	59.985	66.047	4.034	-	4.034	62.126	62.126	66.160	
Extra concursal	Citibank	100% CDI ^a	1.729	664	2.392	32.241	32.241	34.633	2.119	-	2.119	32.572	32.572	34.691	
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ^a	10	276	287	3.462	3.462	3.748	376	-	376	3.512	3.512	3.888	
Classe II	Custo da Dívida		-	(2.247)	(2.247)	(21.649)	(21.649)	(23.896)	-	(2.247)	(2.247)	(22.261)	(22.261)	(24.508)	
			35.141	15.259	50.400	686.544	686.544	736.944	46.496	(2.247)	44.249	693.193	693.193	737.442	

Em 31 de março de 2026 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$736.944, sendo, R\$3.748 da Classe II, R\$722.459 da Classe III e R\$34.633 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

Informações Financeiras Trimestrais

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	4.528	4.528	-	115.872	115.872
Encargos financeiros pagos	-	(3.171)	(3.171)	-	(81.474)	(81.474)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(343)	(343)
Incorporação de juros ao principal	319	(319)	-	10.202	(10.202)	-
Apropriação de custos de captações	64	-	64	2.247	-	2.247
Adição dos custos de captação	0	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	32.200	1.790	33.990	697.728	39.714	737.442
Provisão dos encargos financeiros	-	1.122	1.122	-	24.907	24.907
Encargos financeiros pagos	-	(1.183)	(1.183)	-	(26.019)	(26.019)
Incorporação de juros ao principal	-	-	-	3.461	(3.461)	-
Apropriação de custos de captações	19	-	19	614	-	614
Saldos em 31 de março de 2026	32.219	1.729	33.948	701.803	35.141	736.944

b) A movimentação das debentures privadas em março de 2025 está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	249	249
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Saldos em 31 de março de 2025	51.186	1.310	52.496

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	31/03/2026	
	Controladora	Consolidado
abr/2027 a mar/2028	1.151	25.484
abr/2028 a mar/2029	1.152	25.492
abr/2029 a mar/2030	1.645	36.312
abr/2030 a mar/2031	1.644	36.399
abr/2031 a mar/2034	26.649	584.507
Total	32.241	708.193

Informações Financeiras Trimestrais

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ a pagar	-	-	3.285	1.015
CSLL a pagar	-	-	1.431	578
COFINS a recolher	8	8	15.444	1.162
PIS a recolher	1	1	851	247
Tributos sobre folha de pagamento	1.200	1.410	1.459	1.728
Tributos retidos de terceiros	57	91	1.000	691
Tributos sobre operações de mútuo	310	344	725	815
Outros tributos a recolher	52	50	509	477
	1.628	1.904	24.704	6.713

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

15. Contas a pagar – CCEE

	Passivo	
	31/03/2026	31/12/2025
CCEE		
Circulante	69.122	71.913
Não circulante	263.899	239.699
Total	333.021	311.612

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$28.024 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2025	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/03/2026
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	115.924	21.722	-	-	(20.179)	117.467
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	166.620	-	-	731	20.179	187.530
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	29.068	-	(1.204)	160	-	28.024
Total do passivo	311.612	21.722	(1.204)	891	-	333.021

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/03/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	103.841	19.863	-	1.117	(16.890)	107.931
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	95.679	-	-	1.254	16.890	113.823
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	31.727	-	(519)	290	-	31.498
Total do passivo	231.247	19.863	(519)	2.661	-	253.252

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Informações Financeiras Trimestrais

(ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Apresentados como:				
Circulante	4.145	4.145	7.819	8.227
Não circulante	104.019	100.445	158.304	156.481
Total	108.164	104.590	166.123	164.708

Abertura de outros contas a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo com a CEMIG GT*	104.505	101.081	104.505	101.081
Valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú ⁽ⁱ⁾	-	-	3.533	13.578
Indenizações de seguro-garantia, em favor da ANEEL, decorrentes do cancelamento das outorgas dos parques do Complexo Eólico AS III Fase A." (classe III)	-	-	123	531
Processos cíveis, que compõem os credores Classe III nota 1.2.	324	324	324	324
Processos cíveis, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light (Classe III) ⁽ⁱ⁾	-	-	54.285	45.991
Outros	3.335	3.185	3.353	3.203
	108.164	104.590	166.123	164.708

(i) Reclassificação para segregação dos montantes avaliados.

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 0,00% a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 31 de março de 2025	25.989	17.182	52.648	8.686	104.505

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Informações Financeiras Trimestrais

17. Provisão para processos judiciais

Em 31 de março de 2026, o saldo da provisão da controladora para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$41.214 (em dezembro de 2025, R\$41.209), sendo R\$628 (em dezembro de 2025, R\$560) cíveis, R\$2.152 (em dezembro de 25, R\$2.436) trabalhistas, R\$37.757 (em dezembro de 25, R\$37.535) fiscais e R\$678 (em dezembro de 25, R\$678) administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 31 de março de 2026:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	560	2.436	37.535	678	41.209
Adição	68	-	222	-	289
Baixa	-	(284)	-	-	(284)
Saldos em 31 de março 2026	628	2.152	37.757	678	41.214

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.659	2.456	120.791	690	129.596
Adição	341	6.181	4.306	257	11.085
Baixa	(5.440)	(6.201)	(87.562)	(269)	(99.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	559	2.436	37.535	679	41.209

Em 31 de março de 2026, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$87.857 (em dezembro de 25, R\$87.042), sendo R\$883 (em dezembro de 25, R\$815) cíveis, R\$ 2.152 (em dezembro de 2025, R\$2.436) trabalhistas, R\$35.757 (em dezembro de 25, R\$37.535) fiscais, R\$679 (em dezembro de 25, R\$679), administrativas e R\$46.386 (em dezembro de 25 R\$45.577), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 31 de março de 2026:

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815	2.436	37.535	679	45.577	87.042
Adição	68	-	222	-	809	1.099
Baixa	-	(284)	-	-	-	(284)
Saldos em 31 de março 2026	883	2.152	37.757	679	46.386	87.857

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	341	6.181	4.306	257	14.627	25.712
Baixa	(5.441)	(6.201)	(87.562)	(268)	(343)	(99.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815	2.436	37.535	679	45.577	87.042

Informações Financeiras Trimestrais

Prováveis

- i. Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$883, referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações de rescisão contratual, sendo bastante pulverizadas.
- ii. Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022.

Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade.

Em agosto de 2025, a Companhia, atualizou a provisão relacionada à penalidade mantida pela ANEEL nos Processos Administrativos nº 2.001/2022 a nº 2.012/2022, referente ao descumprimento do cronograma de implantação de centrais geradoras eólicas, aplicando o IPCA acumulado de 13% desde julho de 2022 referente ao montante de R\$10.434, a obrigação permanece classificada no passivo não circulante. Ainda, em agosto de 2025, a Companhia ajuizou ação sob o rito ordinário, visando liminarmente suspender a exigibilidade e, ao final, anular a multa editalícia, tendo sido concedida liminar determinando a suspensão imediata da multa. A ANEEL interpôs recurso, ora pendente de julgamento. A Companhia segue monitorando os processos e avaliando a adoção de todas as medidas cabíveis.

Informações Financeiras Trimestrais

- iii. Fiscal – provisionado o valor de R\$37.757 em 31 de março de 2026 (R\$37.535 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024, tendo sido disponibilizado o acórdão em 25 de setembro de 2025. Relativamente ao IRPJ e CSLL a Companhia opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento. Quanto ao IRRF e multa de ofício, a Companhia tem adotado todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, estando a exigibilidade suspensa. A redução de R\$ 87.505 decorre do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos contingentes no montante aproximado de R\$114.479 (31 de março de 2025, R\$346.434), sendo R\$94.995 (31 de março de 2025, R\$315.727) cíveis, R\$280 (31 de março de 2025, R\$19.145) administrativas, R\$2.284 trabalhistas (31 de março de 2025, R\$1.562) e R\$ 16.050 Regulatório, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 31 de março de 2026.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, cujo montante total corresponde a R\$ 53.817 para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível, sendo que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Nesse exercício, em razão da evolução dos andamentos processuais na esfera cível e dos novos entendimentos fornecidos pelos assessores externos, as demandas abrangendo ações de Execução de Título Extrajudicial, Reintegração de Posse, Ação Declaratória e Ação Indenizatória que tiveram seus prognósticos de perda possível foram reclassificados para remoto, totalizando R\$ 201.462.

Informações Financeiras Trimestrais

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;

Informações Financeiras Trimestrais

- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG. Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas:
 - a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
 - b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
 - c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
 - d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
 - e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

Informações Financeiras Trimestrais

18. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Aumento de Capital

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$1,08.

Em 31 de julho de 2025, o Conselho de Administração aprovou e homologou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 2.010, correspondente à atualização dos créditos detidos por credores contra a Companhia. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 930.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 2,16 por ação.

c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$4.704.869, passou a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

Informações Financeiras Trimestrais

d) Capital social

Em 31 de março 2026, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.706.879 dividido em 373.114.600 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.743.613 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle	260.606.255	83,87%	-	0,00%	260.606.255	69,86%
FIP VC ENERGIA II	247.441.932	79,63%	-	0,00%	247.441.932	66,32%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,43%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,80%	-	0,00%	5.606.638	1,50%
Outros Acionistas	50.137.358	16,13%	62.370.987	100,00%	112.508.345	30,14%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	24.561.059	7,90%	34.053.635	54,60%	67.326.198	18,04%
FIP Macaúbas	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	22.680.218	7,31%	25.850.386	41,44%	39.819.100	10,66%
Total	310.743.613	100,00%	62.370.987	100,00%	373.114.600	100,00%

e) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

19. Receita líquida

	Consolidado			
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica e outros			53.667	43.121
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(21.722)	(19.863)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	143.302	151.849	31.945	23.258
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica e outros			98.770	73.206
			130.715	96.464
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(16.923)	(12.376)
Total			113.792	84.088

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No acumulado de 2026, a receita operacional líquida atingiu R\$ 113.792 milhões, crescimento de 35,3% frente ao mesmo período 2025, influenciados pela melhor performance operacional dos ativos, pela atualização dos preços dos contratos no mercado regulado e pelo maior volume comercializado no mercado livre a preços mais elevados.

Informações Financeiras Trimestrais

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	-	-	(66.777)	(50.094)
Custo da operação				
Serviços de terceiros	(18)	-	(12.353)	(9.845)
Seguros	-	-	(1.985)	(2.195)
Material de uso e consumo	-	-	(3.220)	(2.245)
Outros custos	-	-	1	(4)
	(18)	-	(17.556)	(14.334)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(8)	-	(28.132)	(25.751)
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(6.706)	(5.329)
Taxa de fiscalização	(8)	-	(620)	(637)
	(8)	-	(7.326)	(5.966)
Total	(34)	-	(119.791)	(96.145)
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(2.056)	(2.049)	(9.452)	(9.267)
Serviços de terceiros	(245)	3.714	(2.602)	(3.619)
Seguros	-	-	(1.165)	(222)
Telefonia e TI	-	227	(949)	(463)
Viagens	(185)	(71)	(447)	(476)
Impostos e taxas	(44)	(327)	(338)	(697)
Material de uso e consumo	79	21	(22)	(148)
Aluguéis e arrendamentos	(30)	204	(72)	(54)
Contingências cíveis e trabalhistas ⁽ⁱ⁾	88	(200)	88	(200)
Outras despesas	(5)	(2)	(238)	(68)
	(2.398)	1.517	(15.197)	(15.214)
Depreciações e amortizações	(815)	(884)	(904)	(988)
Outras (receitas) despesas				
Outras despesas (receitas) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(21)	(247)	14.445	334
	(21)	(247)	14.445	334
Total	(3.234)	386	(1.656)	(15.868)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS.

(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao exercício anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.

(iv) Ganho de R\$ 17.500 em distratos bilateral de contratos de comercialização.

Informações Financeiras Trimestrais

21. Receitas financeiras e despesas financeiras

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		398	328	2.634	3.843
Outras receitas financeiras		(67)	(155)	1.558	(81)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(20)	(25)	(91)	(46)
Total das receitas financeiras		311	148	4.101	3.716
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(1.123)	(998)	(25.081)	(34.081)
Juros sobre debêntures	13	-	(249)	-	-
Encargos do DIP		(4.050)	(2.874)	(4.052)	(2.746)
Encargos PRJ Classe III		45	(16.365)	(939)	(1.847)
Apropriação de custos de captações		(18)	(18)	(614)	(614)
Atualização monetária contencioso		(124)	(2.350)	(934)	(2.350)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(638)	(543)	(3.016)	(945)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(396)	(396)
IOF		(81)	-	(318)	(65)
Outras despesas financeiras		(112)	(155)	(2.121)	(1.432)
Total das despesas financeiras		(6.101)	(23.552)	(37.471)	(44.476)
Total do resultado financeiro		(5.790)	(23.404)	(33.370)	(40.760)
Receitas financeiras		311	148	4.101	3.716
Despesas financeiras		(6.101)	(23.552)	(37.471)	(44.476)
Total		(5.790)	(23.404)	(33.370)	(40.760)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

(ii) Os encargos registrados na controladora referem-se à realocação de saldos financeiros efetuada com o objetivo de evidenciar, de forma adequada, as obrigações de cada entidade do Grupo, sem impacto no resultado consolidado do Grupo.

22. Imposto de renda e contribuição social

	Acumulado de 3 meses			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(36.913)	(57.538)	(32.879)	(48.433)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	12.550	19.563	11.179	16.467
Exclusões (adições) permanentes				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	(1.197)	(1.680)	(1.186)	(1.788)
Resultado da equivalência patrimonial	(9.471)	(11.759)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(12.522)	(7.948)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(1.807)	(2.076)	4.121	4.586
Prejuízo fiscal e base negativa	(75)	(4.048)	(5.626)	(20.422)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(4.034)	(9.105)
IR e CS Correntes	-	-	(1.934)	(3.064)
IR e CS Diferidos	-	-	(2.100)	(6.041)
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(4.034)	(9.105)
Taxa efetiva			(12,27%)	(18,80%)

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(22.685)	(22.685)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(554.444)	(554.444)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(577.129)	(577.129)

Informações Financeiras Trimestrais

23. Transações com partes relacionadas

23.1. Controladora

	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Mútuo⁽¹⁾								
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	406	-	8	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.018	1.013	5	2	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	-	-	709	705	3	1	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	1.019	1.013	5	-	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	-	-	-	404	-	-	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	1.700	1.688	8	3	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	-	-	2	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	4.588	4.550	13	128	-	-
Subtotal	-	-	9.440	9.373	42	138	-	-
Resgate de ações⁽²⁾								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	12.937	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	374	5.374	-	-	-	-	-	-
Rateio de despesa⁽³⁾								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	1.139	2.669	-	-	-	-	(1.625)	(2.272)
Controladas - LER 2013	2.014	1.128	-	-	-	-	(2.756)	(3.747)
Controladas - LER 2014	679	319	-	-	-	-	(782)	(1.063)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	6.488	5.278	-	-	-	-	(3.029)	(4.118)
Subtotal	10.320	9.394	-	-	-	-	(8.192)	(11.200)
Outros créditos⁽⁴⁾								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	19.215	26.215	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	12.665	12.965	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	9.518	10.268	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	433	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	-	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	-	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	41.398	49.448	28.958	30.486	-	-	-	-
Total	65.029	77.153	38.398	39.859	42	138	(8.192)	(11.200)
Apresentados como								
Circulante	10.320	8.905	-	-	-	-	-	-
Não circulante	54.709	68.248	38.398	39.859	-	-	-	-
	65.029	77.153	38.398	39.859	-	-	-	-

Informações Financeiras Trimestrais

23.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	68.779	18.273
Encargos financeiros provisionados	-	234
Amortização	(56.562)	(9.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>77.153</u>	<u>39.859</u>
Adição	8.192	25
Encargos financeiros provisionados	-	42
Amortização	(20.316)	(1.528)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>65.029</u>	<u>38.398</u>

23.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.
- ii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- iii) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Informações Financeiras Trimestrais

23.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.660 e R\$3.297, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2026				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,00	3,00	6,00	8,00	14,00
Remuneração fixa acumulada	815	700	1.515	360	1.875
Salário ou pró-labore	678	628	1.306	360	1.666
Benefícios diretos e indiretos	137	72	209	-	209
Remuneração variável acumulada	510	275	785	-	785
Bônus	(26)	-	(26)	-	(26)
Provisão Programa de participação no resultado	536	275	811	-	811
Valor total da remuneração por órgão*	1.325	975	2.300	360	2.660

	31/03/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	4,00	4,00	8,00	6,00	16,67
Remuneração fixa acumulada	960	751	1.711	270	1.981
Salário ou pró-labore	802	660	1.462	270	1.732
Benefícios diretos e indiretos	158	91	249	-	249
Remuneração variável acumulada	986	330	1.316	-	1.316
Bônus	368	-	368	-	368
Provisão Programa de participação no resultado	618	330	948	-	948
Valor total da remuneração por órgão*	1.946	1.081	3.027	270	3.297

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Informações Financeiras Trimestrais

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2026			31/03/2025		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3,00	3,00	8,00	4,00	4,00	6,00
Valor da maior remuneração individual	548	391	45	659	330	45
Valor da menor remuneração individual*	358	283	45	338	220	45
Valor médio de remuneração individual	442	325	45	486	270	45

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do exercício apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, o montante de até R\$12.133 para a remuneração global dos administradores no exercício de janeiro a dezembro de 2026.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Informações Financeiras Trimestrais

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	81	141	81	141
Partes relacionadas	10.320	8.905	10.320	8.905
Aplicações financeiras	11.810	11.352	11.810	11.352
Não circulante				
Partes relacionadas	54.709	68.248	54.709	68.248
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	13.758	16.472	13.758	16.472
Empréstimos e financiamentos	2.328	2.055	2.328	2.055
Adiantamentos de clientes	100	98	100	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	54.918	56.700	54.918	56.700
Empréstimos e financiamentos	31.620	31.935	31.620	31.935
Partes relacionadas	38.398	39.859	38.398	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	103.505	89.272	103.505	89.272

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	42.540	35.730	42.540	35.730
Aplicações financeiras	38.869	36.644	38.869	36.644
Contas a receber de clientes	58.819	68.488	58.819	68.488
Compromissos futuros	51.875	89.629	51.875	89.629
Não circulante				
Compromissos futuros	183.728	169.991	183.728	169.991
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	85.037	107.733	85.037	107.733
Empréstimos e financiamentos	50.400	44.249	50.400	44.249
Contas a pagar - CCEE	69.122	71.913	69.122	71.913
Compromissos futuros	38.296	53.205	38.296	53.205
Adiantamentos de clientes	53.665	15.683	53.665	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	103.505	103.505
Não circulante				
Fornecedores	111.061	114.774	111.061	114.774
Empréstimos e financiamentos	686.544	693.193	686.544	693.193
Contas a pagar - CCEE	263.899	239.699	263.899	239.699
Compromissos futuros	71.859	89.113	71.859	89.113
DIP Cemig (outras contas a pagar)	103.505	89.272	103.505	89.272

Informações Financeiras Trimestrais

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	81	-	141	-
Partes relacionadas	-	10.320	-	8.905
Aplicações financeiras (restritas)	11.810	-	11.352	-
Não circulante				
Partes relacionadas		54.709		68.248
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	13.758	-	16.472
Empréstimos e financiamentos	-	2.328	-	2.055
Adiantamentos de clientes	-	100	-	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	54.918	-	56.700
Empréstimos e financiamentos	-	31.620	-	31.935
Partes relacionadas	-	38.398	-	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	103.505	-	89.272
	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	42.540	-	35.730	-
Aplicações financeiras	38.869	-	36.644	-
Contas a receber de clientes	-	58.819	-	68.488
Compromissos futuros	51.875	-	89.629	-
Não circulante				
Compromissos futuros	183.728	-	169.991	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	85.037	-	107.733
Empréstimos e financiamentos	-	50.400	-	44.249
Contas a pagar - CCEE	-	69.122	-	71.913
Compromissos futuros	38.296	-	53.205	-
Adiantamentos de clientes	-	53.665	-	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	111.061	-	114.774
Empréstimos e financiamentos	-	686.544	-	693.193
Contas a pagar - CCEE	-	263.899	-	239.699
Compromissos futuros	71.859	-	89.113	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	103.505	-	89.272

Informações Financeiras Trimestrais

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 31/03/2026	Valor justo em 31 de março de 2026		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	69.778	69.778	-	-
MTM	125.448	125.448	-	-

Descrição	Saldo em 31/12/2025	Valor justo em 31 de dezembro de 2025		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	60.690	60.690	-	-
MTM	117.302	117.302	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de março de 2026 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 31 de março de 2026 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

Informações Financeiras Trimestrais

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2026, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Informações Financeiras Trimestrais

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 31 de março de 2026	14,80%	14,80%	14,80%
	Taxa IPCA efetiva em 31 de março de 2026	4,14%	4,14%	4,14%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	69.778	69.778	69.778
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	14,80%	11,10%	7,40%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(2.570)	(5.140)
Alta do CDI	Empréstimos:	861.597	861.597	861.597
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	14,80%	18,50%	22,20%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(31.879)	(63.758)
Queda do IPCA	MtM:	125.448	125.448	125.448
	Taxa anual estimada do IPCA para 2026	4,14%	3,11%	2,07%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(1.298)	(2.597)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,80%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (11,10% a.a.) e 50% (7,40% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (18,50% a.a.) e 50% (22,20% a.a.). Estas projeções também são realizadas para compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano 4,26%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,11% a.a.) e 50% (2,07% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

Informações Financeiras Trimestrais

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado			
	De 1 meses a 12 meses	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe II	40.260	165.605	516.594	722.459
Classe III	6.264	68.907	134.473	209.645
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.058	4.768	27.807	34.633
Total	48.582	239.280	678.874	966.736

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros Circulante	Nota	Valor contábil Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	7	58.819	68.488

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de março de 2026 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Informações Financeiras Trimestrais

i) Valor justo dos contratos de energia (consolidado)

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 31 de março de 2026, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$8.146 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no período findo em 31 de março 2025 impactou positivamente em R\$19.594).

	Hierarquia	31/03/2026	31/12/2025
Ativos			
Circulante	Nível 1	51.875	89.629
Não circulante	Nível 1	183.728	169.991
		235.603	259.620
Passivos			
Circulante	Nível 1	(38.296)	(53.205)
Não circulante	Nível 1	(71.859)	(89.113)
		(110.155)	(142.318)
Total		125.448	117.302
		31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial		117.302	115.068
Compromissos futuros marcação a mercado		8.146	19.594
Saldo final		125.448	134.662
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		(2.770)	(6.662)

A mensuração dos compromissos futuros impacta os passivos diferidos conforme apresentado a seguir:

	31/03/2026		
	Ativo	Passivo	Total
Circulante	51.875	(38.296)	13.579
Não circulante	183.728	(71.859)	111.869
	235.603	(110.155)	125.448
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(80.105)	37.453	(42.652)
	31/12/2025		
	Ativo	Passivo	Total
Circulante	89.629	(53.205)	36.424
Não circulante	169.991	(89.113)	80.878
	259.620	(142.318)	117.302
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(88.271)	48.388	(39.883)

Informações Financeiras Trimestrais

j) Gestão de capital

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo líquido do período	(36.913)	(57.538)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.958	372.184
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,10)	(0,15)
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.958	372.184
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(0,10)	(0,15)

Informações Financeiras Trimestrais

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2026 é como segue:

Risco de operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Riscos operacionais	5.144.000	30/06/2025	30/06/2026	
Responsabilidade Civil Geral	50.000	30/11/2025	30/11/2026	
Fiança bancária	3.250	28/02/2026	28/02/2027	
Fiança bancária	10.529	28/02/2025	31/08/2026	

Risco de administração e portfólio				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2026	31/01/2027	
Seguro empresarial dos escritórios	6.700	07/11/2025	07/11/2026	
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2025	07/11/2026	
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/04/2026	29/04/2027	
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	29/07/2026	
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	29/07/2026	

As premissas de riscos dada a sua natureza não fazem parte do escopo da autoria das informações trimestrais individuais e consolidadas, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Transações não envolvendo caixa

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Provisão para perda sobre investimento	9	-	(7.380)	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	408	1.990	37.450	2.679
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	1.443	1.420	1.443	1.420
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	(5)	5
Ações resgatáveis - Partes relacionadas		-	12.939	-	-

Informações Financeiras Trimestrais

28. Eventos Subsequentes

28.1. Serviço de Exportação de Processamento de Dados

A Companhia registrou avanço relevante na operação de serviços de exportação de processamento de dados, realizada por meio de Data Center existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, que entrou em operação em dezembro de 2025 e se encontra em fase de implantação. A operação possui capacidade total prevista de 80 MW, dos quais 40 MW já se encontram em operação, em decorrência da conclusão da mobilização e do posicionamento dos módulos da fase inicial. A operação integral está prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2026.

A iniciativa contempla a disponibilização de infraestrutura digital completa para processamento de dados, conectando a carga diretamente à subestação do complexo.

Essa configuração possibilita que o Data Center opere como uma “bateria acoplada à geração”, contribuindo para a mitigação do *curtailment* e para o uso mais eficiente da energia produzida, sem demandar investimentos significativos em novas conexões ou reforços de rede. A evolução registrada no período subsequente reforça o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e com a otimização de sua matriz operacional.